

DECRETO NORMATIVO N.º 4.395/2023

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO - SCI Nº 010/2023 - VERSÃO 01, QUE DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE SANÇÕES ÀS EMPRESAS LICITANTES OU CONTRATADAS, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS.

O Prefeito Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas:

- Considerando as exigências contidas nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal, no parágrafo único do art. 54 e art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal e artigos 29, 70, 76 e 77 da Constituição Estadual; Lei Municipal nº 2.391/2012, e a Resolução nº 227/2011 do TCE-ES;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a *Instrução Normativa do Sistema de Controle Interno – SCI nº 010/2023, versão 01*, que segue anexa como parte integrante do presente decreto.

Parágrafo Único. A Instrução Normativa a que se refere o caput tem por finalidade a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal, no âmbito da Lei Federal nº 14.133/2021.

- **Art. 2º** Todas as Instruções Normativas após sua aprovação e publicação deverão ser executadas e aplicadas pelas Unidades Administrativas.
- **Art. 3º** Caberá à Controladoria Geral e a Procuradoria Geral Municipal de Domingos Martins prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.
- **Art. 4º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Domingos Martins - ES, 31 de julho de 2023.

WANZETE KRUGER

Prefeito





ANEXO I

RELATÓRIO DO FISCAL

SECRETARIA RESPONSÁVEL:			
N° DO CONTRATO ou N° ORDEM DE COMPRA ou N° ORDEM	DE SERVIÇO	ANO:	
VIGÊNCIA:			
FISCAL/MATRÍCULA:			
OBJETO:			
EMPRESA:			
NOTA(S) FISCAL(IS):			
OCORRÊNCIAS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
Cumpriu as obrigações mensais da contratação estabelecidas no Tern de Referência?	10		
Obedeceu os prazos estabelecidos no Termo de Referência?			
Entregou os documentos (relatórios, tickets, imagens, entre outros) que foram exigidos no Termo de Referência?	ue		
Prestou o serviço, ou entregou a mercadoria com a qualidade exigida?			
OBSERVAÇÕES: (neste campo deverão ser relacionados todos os aspectos importantes observado meio de contrato ou ordem de compra ou serviço, sejam positivos ou negativos, também: - TICKET'S REFEIÇÃO: Declaro que os ticket's foram adequadamente confentoram concedidos conforme o decreto nº 3.445/2019. - afastamento do fiscal por férias ou licença, entre outros motivos; - existência de documentos comprobatórios em arquivo próprio na Secretaria, que motivos apresentados pela empresa e aceitos pela Administração Pública para variações nas especificações dos produtos e serviços prestados pela emprecabível; - entre outros. Deve-se avaliar a contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma breve, se o mesmo forma de contratação firmada, relatando, de forma de contratação firmada, relatando, de forma de contratação firmada, relatando, de forma de contratação firmada de contrata de co	bem como ocorrê. idos, não contêm d e não foram dispon atraso nas entrega esa e aceitos pela	ncias específica campos em brai iibilizados no pro s; a Administração	es daquele mês, e nco ou rasuras e ocesso; Pública, quando
Fiscal do Contrato (Nome e assinatura):	Data:		
riodi do contidio (rionio e docinatara).	Dutu.		

ANEXO II

OFÍCIO DE INTENÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE - ADVERTÊNCIA

OFÍCIO/PMDM/SEC/N°/	_
	Domingos Martins-ES, de de
À Empresa	
resultante do Processo Licitatório	ningos Martins, aqui representada pela Secretaria de, responsável pelo Contrato nº/, nº/, que tem como objeto, comunica o disposto a
DESCRIÇÃO DO FATO APURADO NA E	-
(descrever de forma breve o fato ocorrido	, com especificação de data e hora)
DISPOSITIVO LEGAL OU CONTRATUAL	
(citar a alínea, inciso, parágrafo e artig 14.133/2021 ou do contrato firmado)	o descumprido pela empresa, seja da Lei Federal nº
aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA , c nº 14.133/2021, e que dessa forma f Administrativa , no prazo de 15 (quinz justificando-se, pela ocorrência dos fatos a	informamos que a Administração Municipal pretende onforme previsto no inciso I do artigo 156 da Lei Federal facultamos à empresa a apresentação de Defesa e) dias úteis, a contar do recebimento deste Ofício, presentados. stas franqueadas à empresa para os fins de direito.
Atenciosamente,	
Fis	scal do Contrato
Sec	retário Municipal

OFÍCIO DE INTENÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE - MULTA

OFÍCIO/PMDM/SEC/N	P/			
		Domingos Martins-l	ES, de	de
À Empresa	 			
A Prefeitura Municip		-		oela Secretaria de
resultante do Processo		nº/		n como objeto nunica o disposto a
seguir:			, 0011	namoa o alopooto a
DESCRIÇÃO DO FATO APUR	RADO NA EXE	ECUÇÃO DO CONT	TRATO:	
(descrever de forma breve o f	fato ocorrido, d	com especificação d	le data e hora)	
DISPOSITIVO LEGAL OU CO	NTRATUAL II	NFRINGIDO:		
(citar a alínea, inciso, parágr 14.133/2021 ou do contrato fi	afo e artigo d		mpresa, seja da	a Lei da Federal nº
Ante aos fatos apre aplicar a penalidade de MULT 14.133/2021, e que dessa Administrativa, no prazo de justificando-se, pela ocorrência Outrossim, ficam os a	ΓA, conforme forma facu e 15 (quinze) a dos fatos apr	previsto no inciso Itamos à empres dias úteis, a cor esentados.	II do artigo 156 a a apresent ntar do recebim	da Lei Federal nº ação de Defesa nento deste Ofício,
Atenciosamente,				
	Fisc	al do Contrato		
	Secre	etário Municipal		

OFÍCIO DE INTENÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

de ,
eto o a
n°
ide iso a a do

OFÍCIO DE INTENÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE - DECLARAÇÃO DE **INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR**

OFÍCIO/PMDM/SEC/N°/
Domingos Martins-ES, de de
À Empresa
A Prefeitura Municipal de Domingos Martins, aqui representada pela Secretaria de, responsável pelo Contrato nº/resultante do Processo Licitatório nº/, que tem como objeto
, comunica o disposto a seguir:
DESCRIÇÃO DO FATO APURADO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO:
(descrever de forma breve o fato ocorrido, com especificação de data e hora)
DISPOSITIVO LEGAL OU CONTRATUAL INFRINGIDO:
(citar a alínea, inciso, parágrafo e artigo descumprido pela empresa, seja da Lei Federal nº 14.133/2021 ou do contrato firmado)
Ante aos fatos apresentados, informamos que a Administração Municipal pretende aplicar a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR conforme previsto no inciso IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, e que dessa forma facultamos à empresa a apresentação de Defesa Administrativa , no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento deste Ofício, justificando-se, pela ocorrência dos fatos apresentados. Outrossim, ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para os fins de direito.
Atenciosamente,
Fiscal do Contrato

ANEXO III

OFÍCIO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE - ADVERTÊNCIA

OFÍCIO/I	PMDM/SEC_	/Nº _	/				
			Domin	gos Martins	-ES, de _		de
	À Empresa _						
A Pre	efeitura Munio , re	•	_	=	ui representa /, re	-	
Licitatório	nº	/	· ,	que	tem	como	
do recebiment	alquer mani <u>defesa),</u> ser go 156 da Lei ultada a apre	festação production de la definition de	oor parte a penalic 14.133/2 le Recurs	da Empr lade de AD 021. so, no prazo	esa ou tend OVERTÊNCIA o de 15 (quin	do sido rej a, conforme aze) dias út	eitadas as previsto no eis a contar
	Atenciosame	nte,					
			Fiscal	do Contrato	<u> </u>		
			Secretá	rio Municipa	 al		

OFÍCIO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE - MULTA

OFÍCIO/	PMDM/SEC	C/Nº		-			
			Doming	os Martins-	-ES, de _		de
	À Empresa				_		
A Pre		nicipal de Doi responsável	•	-	•	•	
Licitatório	nº	/	,	que	tem	como	objeto
comunica Vos houvesse qu alegações de	alquer ma	nifestação p	or parte	da Empre	esa ou ten	do sido re	ejeitadas as
do artigo 156 d		ral nº 14.133/2 tante de R\$ _		foi calcula	da conforme	e procedime	ento previsto
nesta Instrução	o Normativa ultada a apr	a, e demonstra resentação de	ado na me	mória de c	álculo em a	nexo.	
Outro	ssim, ficam	os autos com	vistas fra	nqueadas	à empresa p	oara os fins	de direito.
	Atenciosam	nente,					
			Fiscal o	lo Contrato	<u> </u>		
			Secretá	rio Municip	 al		

OFÍCIO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE - IMPEDIMENTO DE LICITAR E **CONTRATAR**

OFÍCIO	/PMDM/SI	EC/Nº _	/				
			Domin	gos Martins	-ES, de		de
	À Empres	sa			_		
A Pr		lunicipal de D , responsável	_	-	-	-	
Licitatório	nº				tem		objeto
houvesse qu	ualquer m	oria que, <u>(trans</u> nanifestação), será aplica	por parte	da Empre	esa ou tend	lo sido rej	jeitadas as
CONTRATAF É fac do recebimen	R , conform cultada a a to deste C	e previsto no i presentação	nciso III de de Recur	o artigo 156 so , no prazo	da Lei Federa de 15 (quin	al nº 14.133 ze) dias út o	3/2021. eis a contar
	Atenciosa	amente,					
			Fiscal	do Contrato)		
			Secret	ário Municip	 pal		

OFÍCIO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

OFÍCIO/PMDM/SEC	_/Nº/				
	Doming	os Martins-E	ES, de		_de
À Empresa					
	de Domingos M sável pelo Con _/,	trato nº	_/, res	sultante do	Processo
comunica Vossa Senhoria que, j	transcorrido o	prazo para	Defesa Adr	ministrativa	, a sem que
houvesse qualquer manifesta		-		-	
alegações de defesa), será ap PARA LICITAR OU CONTRATA					
nº 14.133/2021.	t, 000 p. 0	71010 110 11101		90 .00 44 2	
É facultada a apresenta	ção de Recurso	o , no prazo d	de 15 (quinz	e) dias úte	is a contar
do recebimento deste Ofício.				<i>a</i>	
Outrossim, ficam os auto	os com vistas fra	nqueadas á	empresa pa	ra os fins de	e direito.
Atenciosamente,					
	Fiscal d	lo Contrato			
	Secretái	rio Municipal			

ANEXO IV

PROVIMENTO DE RECURSO

OFÍCIO/PMDM/SEC	_/Nº/	
	Domingos Martins-ES, de	de
À Empresa		
, respons	de Domingos Martins, aqui representada sável pelo Contrato nº/, resul	Itante do Processo
Licitatório nº	_/, que tem	como objeto
	Recurso interposto foi acolhido, tendo si e arquivado o	
Atenciosamente,		
	Prefeito ou Secretário Municipal	

(a depender de quem acolher o recurso)

ANEXO V

OFÍCIO DE APLICAÇÃO DEFINITIVA DE PENALIDADE - ADVERTÊNCIA

OFÍCIC)/PMDM/S	EC	Nº _	/				
				Domir	ngos Martins	s-ES, de _		de
	À Empre	sa						
A Pı		-		_		-	-	Secretaria de do Processo
Licitatório	nº		/	,	que	tem	como	objeto
qualquer ma apresentada aplicação da Federal nº 14	anifestaçã s no ins penalidad 1.133/2021	ăo por <u>i trument</u> le de AD l.	parte d o), dec VERTÊ	a Empr ide-se d NCIA, co	esa ou ter definitivame onforme pre	<mark>ndo sido re</mark> nte, no âmb	jeitadas a pito adminis so I do artig	strativo, pela Jo 156 da Lei
	Atencios	amente,						
				Fiscal	do Contrat	0		
				Secreta	ário Municip	oal		

OFÍCIO DE APLICAÇÃO DEFINITIVA DE PENALIDADE - MULTA

OFÍCIO.	/PMDM/SE	EC Nº _	/	_			
			Doming	gos Martins-	ES, de _		de
	À Empres	a			_		
A Pr	!	unicipal de Do , responsável	pelo Cor	ntrato nº _	/, re	esultante d	o Processo
Licitatório	nº	/	,	que	tem	como	objeto
qualquer ma apresentadas aplicação da p nº 14.133/202 A Mu nesta Instruçã	nifestação s no inst penalidade 11. ulta, no mo io Normati	oria que, <u>(tran</u> o por parte de rumento), des e de MULTA, co ontante de R\$ va, e demonstr m os autos cor	da Empre cide-se de conforme p	sa ou tende efinitivament revisto no ir foi calculad emória de ca	do sido rej te, no âmbi nciso II do ar da conforme álculo em ar	eitadas as ito adminis tigo 156 da e procedime nexo.	alegações trativo, pela Lei Federal ento previsto
	Atenciosa	imente,					
			Fiscal o	do Contrato			

OFÍCIO DE APLICAÇÃO DEFINITIVA DE PENALIDADE - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

OFÍCIO/PMDM/SEC	_ Nº/		
	Domingos I	Martins-ES, de	de
À Empresa			
A Prefeitura Municipal . respon	-		da pela Secretaria de esultante do Processo
			como objeto
comunica Vossa Senhoria que, qualquer manifestação por p apresentadas no instrumento aplicação da penalidade de IMI meses, conforme previsto no inc Outrossim, ficam os auto	arte da Empresa o), decide-se definit PEDIMENTO DE LIG iso III do artigo 156 d	ou tendo sido rejo ivamente, no âmbi CITAR E CONTRA da Lei Federal nº 14	eitadas as alegações to administrativo, pela TAR por () .133/2021.
Atenciosamente,	Fiscal do C	ontrato	

OFÍCIO DE APLICAÇÃO DEFINITIVA DE PENALIDADE - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

OFÍCIO/	PMDM/SEC_	/Nº	/	_			
			Domin	gos Martins	-ES, de _		de
	À Empresa						
A Pre		•	pelo Co	ntrato nº _	/, r	esultante (Secretaria de do Processo
Licitatório	nº .		,	que	tem	como	objeto
comunica Vos qualquer mai apresentadas aplicação da CONTRATAR Outro	nifestação po no instrum penalidade	or parte de de de de DECLA evisto no inc	a Empre ide-se d ARAÇÃO ciso IV do	esa ou ten efinitivamer DE INID o artigo 156	ido sido rej nte, no âmb OONEIDADE da Lei Fede	ieitadas as ito adminis PARA L ral nº 14.13	s alegações strativo, pela ICITAR OU 33/2021.
	Atenciosamer	nte,					
			Fiscal	do Contrato)		



ANEXO VI

TERMO PARA PUBLICAÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – MULTA/ADVERTÊNCIA/IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR/DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

Processo:/20
Referência: Licitação n°
Empresa Penalizada:
CNPJ:
Endereço:
A Prefeitura Municipal de Domingos Martins, aqui representada pela Secretaria Municipal de, responsável pela Licitação nº/20, que tem como objeto o, após a ausência de apresentação de recurso administrativo ou
tendo sido rejeitadas as alegações de defesa RESOLVE APLICAR à empresa, as PENALIDADES descritas a seguir, conforme previsto no artigo 156 da le federal nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SCI n° 010/2023 – versão 01:
1. MULTA
2. ADVERTÊNCIA
3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR
4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR
Domingos Martins – ES, de de 20
NOME
Secretário(a) Municipal de

NOME Fiscal do Contrato



ANEXO VII

FLUXOGRAMA

Ocorrendo a inobservância de cláusulas contratuais pela empresa contratada, tais como:



O Fiscal do contrato irá protocolar como novo processo, um **descritivo (relatório)** que deve expor, de forma breve, toda a situação que acarretou a necessidade de penalização. Junto ao descritivo deverão ser anexados todos os documentos que comprovem o descumprimento contratual por parte da contratada. O processo deverá ser despachado para Procuradoria Municipal, solicitando orientação sobre qual a penalidade cabível à empresa nas circunstâncias apresentadas.



Após a manifestação da Procuradoria, o processo retornará para a Secretaria responsável, que tomará ciência do parecer, e, caso opine por penalizar a empresa, providenciará o **Ofício de Intenção de Aplicação de Penalidade (Anexo II da IN),** informando o fato e a penalidade cabível, e concedendo prazo de **15 dias úteis** para apresentação de **defesa administrativa**.



Havendo defesa administrativa no prazo legal e sua aceitação

A mesma será analisada pelo fiscal ou pela comissão instituída pelo Prefeito, para avaliar se será acatada ou não. Caso seja aceita a defesa, o processo mãe voltará a tramitar normalmente, seguindo para liquidação e pagamento, com a breve descrição do acontecido no relatório do fiscal. O processo será encerrado pela Secretaria de origem e enviado para a Central de Processos para a anexação do mesmo ao processo mãe.



Não havendo apresentação de recursos <u>ou</u> havendo a rejeição do recurso apresentado

regular processo do será interrompido, por meio de despacho informando os acontecimentos, e proceder-se-á com encaminhamentos para a aplicação da punição cabível, através do processo específico protocolado, instruído de forma paralela às demais ocorrências da contratação do objeto. A Secretaria deverá elaborar o Ofício de Aplicação de Penalidade (Modelo -Anexo III), informando a empresa o fato e a penalidade que está sendo aplicada, e em caso de multa, o referido cálculo, sobrestando os autos no aguardo de RECURSO (15 dias úteis).



Havendo recurso no prazo legal e sua aceitação

O Secretário irá reconsiderar a decisão no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, dando publicidade de tal fato na imprensa oficial, e, em ato contínuo, dar conhecimento à empresa interessada, por meio do Ofício de Provimento de Recurso (Modelo – Anexo IV), encerrando o processo que deverá ser anexado ao processo mãe.

Não havendo apresentação de recurso

A Secretaria deverá comunicar definitivamente a empresa sobre a penalidade, por meio do Ofício de Aplicação Definitiva da Penalidade (Modelo – Anexo V).

Havendo recurso no prazo legal e sua rejeição pela Secretaria

Encaminhar o recurso com sua motivação ao Prefeito, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos. **O Prefeito poderá:**



Dar provimento ao recurso:

Devendo publicitar tal fato na imprensa oficial, e, em ato contínuo, dar conhecimento à empresa interessada, por meio do **Ofício de Provimento de Recurso (Modelo – Anexo IV)**, encerrando o processo que deverá ser anexado ao processo mãe.

Não dar provimento ao recurso:

Devendo expor suas razões e proferir decisão final, retornando o processo para a Secretaria de origem para proceder com a comunicação definitiva da empresa sobre a penalidade e as razões para o não provimento do recurso, por meio do Ofício de Aplicação Definitiva da Penalidade (Modelo – Anexo V).



Após decisão administrativa irrecorrível, pelo não aceite do recursos ou pela não interposição do mesmo, a Secretaria dará continuidade ao processo de aplicação de penalidade.



FLUXO 01: Quando for Aplicação de Penalidade de Multa

A Secretaria de origem do processo deverá elaborar o **Termo para Publicação de Aplicação de Penalidade** (**Modelo – Anexo VI**), já com o recolhimento das assinaturas do Fiscal e do Secretário(a) da pasta contendo as informações do processo, e encaminhar para a Secretaria de Administração e Recursos Humanos para a devida publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM). Após a publicação da aplicação de penalidade, a Secretaria de Administração retornará com o processo para a Secretaria de origem, que deverá:



1

I. no caso de AUSÊNCIA de notas fiscais pendentes de pagamento, a Secretaria deverá encaminhar o processo, <u>para o Setor de Tributação</u>, para emissão do Documento de Arrecadação Municipal (DAM), com vencimento para 60 dias, que será responsável por juntá-lo ao processo e encaminhar novamente para <u>a Secretaria de origem</u>.

II. no caso de EXISTÊNCIA de notas fiscais pendentes de pagamento, que possam ser utilizadas para o desconto do valor da multa, mantêlo sob sua guarda para utilizar os dados no processo mãe que será enviado para a realização do desconto na liquidação.

De posse do extrato da publicação e do Documento de Arrecadação Municipal (DAM), quando for o caso, a Secretaria de origem do processo deverá elaborar o **Ofício de comunicação à empresa sobre a aplicação definitiva da penalidade (Modelo – Anexo V)**, devendo constar a assinatura do Fiscal do Contrato e do Secretário da pasta; e encaminhá-lo por meio de AR ou entrega física, junto ao resumo da publicação, e na hipótese da existência, o DAM.



A Secretaria de origem deverá encaminhar o processo para a Gerência de Compras para proceder com o registro da sanção no cadastro do fornecedor, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).



Após o registro a Gerência de Compras deverá encaminhar o processo para a Controladoria que promoverá a atualização do Cadastro Municipal de Empresa Punidas.



Em seguida, a Controladoria deverá retornar o processo para a Secretaria de origem, para o aguardo e a anexação do ateste do recebimento físico do ofício ou do AR, e adotar os procedimentos de encerramento.

Observação: se a quitação da multa for realizada por meio desconto em notas fiscais pendentes de pagamento, a Secretaria responsável pelo processo, deverá despachar a nota fiscal pendente para o setor de contabilidade para liquidação, no processo mãe, originário da contratação, solicitando, o desconto do valor da multa na própria liquidação, comunicando em despacho específico, as seguintes informações: a existência da penalidade e o processo responsável pela aplicação da mesma; descrição breve dos motivos que provocaram a aplicação da penalidade; cópia do extrato da publicação da penalidade na imprensa oficial.

FLUXO 02: Quando for Aplicação de Penalidade de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar ou Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

A Secretaria de origem do processo deverá elaborar o **Termo para Publicação de Aplicação de Penalidade** (**Modelo – Anexo VI**), já com o recolhimento das assinaturas do Fiscal e do Secretário(a) da pasta contendo as informações do processo, e encaminhar para a Secretaria de Administração e Recursos Humanos para a devida publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM). Após a publicação da aplicação de penalidade, a Secretaria de Administração retornará com o processo para a Secretaria de origem, que deverá elaborar o **Ofício de comunicação à empresa sobre a aplicação definitiva da penalidade (Modelo – Anexo V)**, devendo constar a assinatura do Fiscal do Contrato e do Secretário da pasta; e encaminhá-lo por meio de AR ou entrega física, junto ao resumo da publicação.



A Secretaria de origem deverá encaminhar o processo para a Gerência de Compras para proceder com o registro da sanção no cadastro do fornecedor, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).



Após o registro a Gerência de Compras deverá encaminhar o processo para a Controladoria que promoverá a atualização do Cadastro Municipal de Empresa Punidas.



Em seguida, a Controladoria deverá retornar o processo para a Secretaria de origem, para o aguardo e a anexação do ateste do recebimento físico do ofício ou do AR, e adotar os procedimentos de encerramento.

<u>PROCEDIMENTOS DE ENCERRAMENTO:</u> Em todos os casos, após ciência, a Secretaria de origem encaminhará o processo à Central de Processos para **anexação do mesmo ao processo mãe**, sendo que no despacho a Secretaria deverá informar o número do processo original da contratação.

NOS CASOS EM QUE HOUVER RESCISÃO CONTRATUAL: A possibilidade de rescisão poderá ser informada, no próprio Ofício de Aplicação de Penalidade (Anexo III da IN), quando cabível, sendo disponibilizado o mesmo prazo, de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação do contraditório e da ampla defesa pela empresa.

Após o retorno do processo de aplicação de penalidade para a Secretaria de origem, este deverá ser enviado à Procuradoria Jurídica para providenciar o ato de rescisão, e assim, posteriormente enviá-lo a Central de Processos para anexação ao processo mãe.